



Câmara Municipal de Curitiba

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00090/2023**

**ANEXO VI**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2023**

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA** e a empresa

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, no Palácio Rio Branco, presentes de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA**, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 720, inscrita no CNPJ nº 77.636.520/0001-10, neste ato representada por seu Presidente e Ordenador da Despesa, Vereador **MARCELO TSCHÁ FACHINELLO**, inscrito no CPF/MF sob nº 024.891.169-40 e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu(sua) procurador(a), **Sr(a).** \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 00090/2023 - CMC, acordam firmar o presente contrato, obedecidas as condições estabelecidas no **Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2023** e as condições expressas na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de link dedicado de comunicação de dados com a Internet incluindo soluções de segurança da informação, serviço de monitoramento, central de segurança (SOC) e gerenciamento dos serviços, por um período de 60 (sessenta) meses, considerando o caráter continuado do serviço, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 (cento e vinte) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com as especificações descritas no ANEXO I, parte integrante do Edital, que veicula o Termo de Referência.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2023;

1.2.3 A Proposta da CONTRATADA, datada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 A prestação dos serviços será realizada conforme detalhamento a seguir:

GRUPO (LOTE) 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL EM 60 MESES
I	Link de dados dedicado	01	R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____
II	Anti-DDoS	01	R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____
III	Next-Generation Firewall	02	R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____
IV	<b>Security Information and Event Management (SIEM):</b>				
	Fornecimento de licenças de uso de solução corporativa de SIEM SaaS com gerência em nuvem	01			
	Fornecimento de licenças de EPS com gerência em nuvem SaaS	1000 EPS por mês	R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____
	Serviço de gerenciamento da solução SIEM	01			



Câmara Municipal de Curitiba

V	Security Information and Event Management (SIEM): Cobrança sobre o volume sazonal adicional de 100 EPS	Até 200 EPS por mês	R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____
VALOR GLOBAL DO GRUPO (LOTE) 01:					R\$ _____

GRUPO (LOTE) 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL EM 60 MESES
I	Link de dados dedicado	01	R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____
II	Anti-DDoS	01	R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____
VALOR GLOBAL DO GRUPO (LOTE) 02:					R\$ _____

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O presente contrato terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, considerando o caráter continuado do serviço, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 (cento e vinte) meses, contados a partir da data de emissão da Autorização para Prestação de Serviços, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.2 A execução se dará a partir da emissão da Autorização para Prestação de Serviços pela área demandante da CONTRATANTE, obrigando-se a CONTRATADA a executar os serviços liberados em estrita observância às especificações e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE para execução dos mesmos.

2.3 A prorrogação de que trata o item 2.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.4 A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

2.5 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2.6 A extinção mencionada no item anterior ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

2.7 A comprovação da vantajosidade econômica deve ser precedida de análise entre os preços contratados e aqueles praticados no mercado, de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a realização de uma nova contratação.

2.8 A prorrogação do contrato deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 Em razão deste contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$ \_\_\_\_\_** (**\_\_\_\_\_ reais**), referente à contratação da prestação de serviços, pelo período de 60 (sessenta) meses,, conforme quadro descrito no item 1.3.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE

4.1 Em caso de prorrogação deste contrato, o valor consignado no item 3.1 deste termo poderá ser corrigido anualmente, mediante solicitação da CONTRATADA, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo, conforme art. 25, § 7º, c/c art. 92, §§ 3º e 4º da Lei n.º 14.133/2021, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta, tomando-se por base o índice vigente no período da eventual prorrogação.

4.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



## Câmara Municipal de Curitiba

4.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço.

4.5 O reajuste dar-se-á mediante solicitação formal da Contratada, e firmada através de Termo de Aditamento de acordado entre as partes.

4.6 Caso haja alteração imprevisível no custo do serviço, caberá ao contratado requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7 Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

4.8 Não será concedido reajuste de preços resultante de atrasos ocorridos unicamente em decorrência da incapacidade da contratada em cumprir o prazo ajustado.

### CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária abaixo discriminada, do orçamento vigente da Câmara Municipal de Curitiba:

01.001.01.031.0008.2.203	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO PODER LEGISLATIVO
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PESSOA JURÍDICA

5.2 A despesa está prevista no Plano Plurianual, período de 2022/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 e na Lei Orçamentária Anual de 2023.

5.3 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 A CONTRATADA deve fornecer fatura e notas fiscais pertinentes centralizadas com o mesmo CNPJ constante no contrato de prestação de serviços;

6.2 Para o caso de prestação de serviço realizada por filiais, a CONTRATADA deve informar os dados cadastrais, bem como CNPJ da mesma, no contrato de prestação de serviços discriminando o serviço a ser prestado pela filial em questão;

6.3 A CONTRATADA, se possuir sede fora do município de Curitiba, que emite notas fiscais para a CONTRATANTE nesta Capital, deve inscrever-se no Cadastro de Empresas Prestadoras de Serviços de Outros Municípios (CPOM);

6.4 O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados da apresentação à Contratante da nota fiscal/fatura discriminativa contendo o detalhamento do produto e, se for o caso, dos materiais empregados, do número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da Contratada e a descrição clara e sucinta do objeto.

6.4.1 Em casos excepcionais, a Contratada deverá permitir o pagamento das faturas mensais via boleto bancário.

6.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Caso a Contratada seja regularmente optante pelo Simples Nacional não se procederá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.6 A Contratante se reserva o direito de descontar o valor da(s) multa(s) aplicada(s) quando do pagamento da(s) fatura(s) emitida(s) pela(s) Contratada(s) e/ou proceder a execução direta do débito.

6.7 O pagamento está condicionado à apresentação, mediante envio da documentação para abertura do processo de pagamento diretamente ao fiscal e seu suplente, por meio de correspondência eletrônica ou outra forma convencionada entre as partes, mencionando os serviços e o valor a ser pago. Deverão ser sempre apresentadas:

6.7.1 Nota Fiscal/Fatura (original), emitida em nome da Câmara;

6.7.2 Fatura discriminativa (original).

6.8 A Contratada deverá apresentar ainda, sempre que solicitado pela Contratante, os documentos abaixo relacionados:

6.8.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa;



## Câmara Municipal de Curitiba

- 6.8.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da empresa;
- 6.8.3 Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.8.4 Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- 6.8.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- 6.8.6 Extrato de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

6.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

6.9.1 Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.10 Na hipótese de irregularidade das certidões relacionadas nos itens 6.8.1, 6.8.2, 6.8.3, 6.8.4 ou 6.8.5, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções administrativas e eventual rescisão da contratação.

6.11 Os pagamentos efetuados pelo Contratante não isentam a Contratada de suas obrigações e responsabilidades.

6.12 O pagamento somente será autorizado após a emissão de Atesto de Recebimento pelo servidor competente e verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos produtos efetivamente fornecidos e, eventualmente, aos materiais empregados.

6.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 Todo o processo de instalação e implantação dos serviços será acompanhado e supervisionado pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da CONTRATANTE, à qual a CONTRATADA de cada lote deverá se reportar antes de qualquer ação e decisão referente à implantação da solução;

7.1.2 Fornecer informações e configurações necessárias para a configuração dos NGFWs fornecidos;

7.1.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.4 Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a CONTRATADA possa prestar os serviços, fornecendo a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação por escrito da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;

7.1.5 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento e instalação, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.6 Verificar se durante a vigência da contratação estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas;

7.1.7 Conferir, vistoriar e aprovar o fornecimento dos produtos entregues pela CONTRATADA;

7.1.8 Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Câmara Municipal de Curitiba, para o fornecimento dos itens e instalação de toda a solução necessária;



## Câmara Municipal de Curitiba

- 7.1.9 Atestar a efetiva prestação dos serviços, bem como a qualidade dos mesmos;
- 7.1.10 Avaliar a qualidade do serviço prestado pela Contratada, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as disposições deste Termo de Referência;
- 7.1.11 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais falhas no fornecimento ou instalação, fixando prazo para a sua correção;
- 7.1.12 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 7.1.13 Efetuar o pagamento pelo objeto, na forma convencionada no presente instrumento, desde que atendidas as formalidades previstas.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 A CONTRATADA, sem prejuízo do atendimento a todas as orientações constantes do Processo Administrativo nº 00090/2023 e legislação vigente, obriga-se a:

- 8.1.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a execução dos serviços na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
- 8.1.2 Promover a instalação e configuração da solução, incluindo todos equipamentos previstos no projeto, nos ambientes da CONTRATANTE, deixando-os em perfeitas condições de uso;
- 8.1.3 Responsabilizar-se por toda e qualquer despesa, independente da sua natureza, decorrente das instalações supramencionadas;
- 8.1.4 São de responsabilidade da contratada os seguintes itens: frete, seguro, embalagens, manuais, despesa de transporte ou quaisquer custos relacionados a entrega, instalação e repasse de conhecimento;
- 8.1.5 Realizar reuniões prévias à instalação antecipadamente agendadas com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da CONTRATANTE para definição das etapas e cronograma da implantação da solução contratada;
- 8.1.6 O controle de qualidade dos serviços e materiais utilizados na prestação do serviço;
- 8.1.7 Disponibilizar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura, pela CONTRATADA, da Autorização para Prestação de Serviços, equipe técnica especializada para:
  - 8.1.7.1 Análise das configurações existentes no ambiente produtivo de NGFWs da CONTRATANTE;
  - 8.1.7.2 Validar com a equipe de TI da CONTRATANTE as configurações a serem realizadas nos NGFWs fornecidos;
  - 8.1.7.3 Realizar a migração ou conversão das configurações e aplicá-las nos NGFWs fornecidos garantindo total operacionalidade com o ambiente produtivo atual;
  - 8.1.7.4 A aceitação do fornecimento do Item III está condicionada à efetiva utilização dos NGFWs fornecidos em ambiente produtivo da CONTRATANTE. A aceitação será registrada formalmente pelo Fiscal Técnico da CONTRATANTE.
- 8.1.8 Ativação da solução SIEM:
  - 8.1.8.1 A CONTRATADA deverá prover o Planejamento do Projeto de Assistência à implementação do SIEM em Nuvem, incluindo:
    - 8.1.8.1.1 Reunião, a ser realizada por videoconferência, para o alinhamento para planejar e agendar as tarefas do projeto.
    - 8.1.8.1.2 Confirmação junto a CONTRATANTE das expectativas e funcionalidades a serem implementadas.
    - 8.1.8.1.3 Garantir que os requisitos ambientais e operacionais para a implementação (logística, hardware, software e infraestrutura) sejam atendidos e, se necessário, fornecer à CONTRATANTE uma lista de atualizações necessárias.
  - 8.1.8.2 Validar com a equipe de TI da CONTRATANTE a arquitetura da solução e as fontes de log e fluxo para definição dos casos de uso.
  - 8.1.8.3 A CONTRATADA executará as seguintes tarefas:
    - 8.1.8.3.1 Ativação da solução de SIEM para a quantidade de EPS que atenda o ambiente detalhado na Tabela 2 do Termo de Referência.
    - 8.1.8.3.2 Configurar a correlação de tipos de fonte de log no Serviço em Nuvem.





## Câmara Municipal de Curitiba

- 8.1.8.3.3 Esta atividade incluirá a transferência de conhecimento para o pessoal relevante da CONTRATANTE.
- 8.1.8.4 Após a implantação da solução, para casos de inclusão de novos ativos, ficará a cargo da CONTRATANTE realizar o apontamento dos ativos para envio dos logs a solução de SIEM. Mediante prévio alinhamento entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.
- 8.1.8.5 Ajuste inicial, que inclui ativação de regras prontas para uso, pesquisas salvas, gráficos de séries temporais acumuladas e relatórios; identificar e remover fontes de ruído; etc).
- 8.1.9 É obrigatório incluir na proposta técnica a marca e o modelo específico do NGFW ofertado para atendimento das especificações contidas nesse Termo de Referência, juntamente ao(s) catálogo(s) e/ou manual(ais) que comprovem as características requisitadas;
- 8.1.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.11 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 30 dias consecutivos, os serviços fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.12 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os arts. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.13 Responsabilizar-se pelos atos de seus empregados e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, arcando com toda e qualquer indenização proveniente de suas ações ou omissões;
- 8.1.14 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;
- 8.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.17 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas;
- 8.1.18 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, bem como prestar, prontamente, os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- 8.1.19 Prestar à CONTRATANTE, sempre que necessário e solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados e produtos/materiais a serem empregados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos;
- 8.1.20 Facilitar o acompanhamento e fiscalização da CONTRATANTE sobre a execução dos serviços;
- 8.1.21 Acatar as recomendações da fiscalização da Câmara Municipal de Curitiba, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados;
- 8.1.22 Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
- 8.1.23 Comunicar expressamente à CONTRATANTE, a quem deliberar a respeito, toda e qualquer irregularidade observada no objeto da contratação;
- 8.1.24 Priorizar a utilização de materiais menos perigosos, duráveis, certificados, recicláveis e/ou reutilizáveis, de forma a atender a legislação vigente relativa ao tema;
- 8.1.25 Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, de acordo com as especificações constantes na proposta e/ou instruções do Edital e seus anexos.
- 8.1.26 Garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso, durante os procedimentos de instalação e manutenção dos seus equipamentos, bem como durante a operação do serviço;
- 8.1.27 Submeter-se às normas gerais da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.704/2018, e do Marco Civil da Internet, Lei Nº 12.965, e assumir responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados ao Órgão ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança de Referência.



**Câmara Municipal de Curitiba**

**CLÁUSULA NONA – VEDAÇÕES**

**9.1 É vedado à CONTRATADA:**

- 9.1.1 Subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- 9.1.2 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 9.1.3 Negociar ou efetuar a cobrança da(s) duplicata(s) emitida(s) através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança(s) em carteira simples, ou seja, diretamente na CONTRATANTE;
- 9.1.4 Interromper a execução da prestação de serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1 O serviço deverá ser prestado de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, o qual faz parte deste contrato, independentemente de transcrição.

10.2 A assinatura deste contrato, pela CONTRATADA, significa que a CONTRATADA tomou ciência, concorda e declara que cumprirá todas as condições de execução do serviço descritas no termo de referência.

10.3 Os serviços deverão ser executados nas dependências da Câmara Municipal de Curitiba, localizados nos endereços:

10.3.1 **Site 1 (Sala de Telecomunicações):** Rua Barão do Rio Branco, 720 - Centro - CEP: 80010-902 - Curitiba - Paraná - Brasil. Prédio Pátio Central, Térreo;

10.3.2 **Site 2 (Sala Técnica):** Rua Barão do Rio Branco, 583 - Centro - CEP: 80010-180 - Curitiba - Paraná - Brasil. Anexo IV, Térreo.

10.4 Durante a execução do contrato poderá ser solicitada a alteração dos endereços de instalação de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, em casos decorrentes de obras civis ou adequações nos ambientes onde estejam instalados os links e demais equipamentos previstos no projeto. Nestes casos a CONTRATADA promoverá sua reinstalação no(s) novo(s) ambiente(s) ou endereço(s) da CONTRATANTE, deixando-os em perfeitas condições de uso e sem custo adicional;

10.5 O início do processo de instalação e ativação dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização para Prestação de Serviços.

10.6 A conclusão de implantação dos serviços contratados, incluindo todas as configurações necessárias para o seu perfeito funcionamento, instalação física e lógica do link, fornecimento e implantação dos NGFWs, regras contra ataques DDoS e ativação do SIEM, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização para Prestação dos Serviços, que poderá ser antecipado conforme necessidade da Contratante, desde que de comum acordo entre as partes.

10.6.1 Na impossibilidade, devidamente justificada, do cumprimento do prazo de fornecimento e implantação dos NGFWs estabelecido no Item 10.6, a CONTRATADA deverá garantir a prestação de serviços nos moldes atuais com a solução completa, com entrega dos equipamentos novos no prazo de 30 dias consecutivos.

10.6.2 Os prazos poderão ser prorrogados por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração, até o limite de 90 dias consecutivos.

10.7 Após a implantação dos serviços a equipe de homologação, composta de técnicos da Contratante e com o apoio de técnicos da Contratada, efetuará os testes de conformidade e verificação final.

10.8 A Contratada deverá fazer a transferência de conhecimento de, no mínimo, 40 (quarenta) horas para até 8 funcionários a serem definidos pela Contratante. O repasse de conhecimento visa um treinamento básico de startup das soluções e não um treinamento oficial.

10.9 A transferência de conhecimento poderá ser feita nas dependências da Contratante, ou poderá ser realizada através de forma online por meio de ferramentas de colaboração.

10.10 Durante a execução do objeto da licitação, reserva-se à Câmara Municipal de Curitiba a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no presente contrato.

10.11 Caso a empresa CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços dentro do prazo estabelecido, tão pouco apresente justificativa plenamente aceita, a CONTRATANTE se reserva o direito de cancelar a Autorização de Prestação de Serviços expedida, com a consequente rescisão do contrato, com fundamento no inciso I do art. 137 e § 1º do art. 140, da Lei nº 14.133/21.



## **Câmara Municipal de Curitiba**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

11.1 O recebimento definitivo e aceitação do objeto ficarão a cargo de servidor designado para Fiscal do Contrato, obedecendo ao disposto nas alíneas a e b, inciso I, do art. 140, bem como ao disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21.

11.2 Os serviços serão recebidos definitivamente após a verificação de sua qualidade e adequação, em conformidade com a proposta da Contratada, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado de Atesto de Recebimento.

11.3 Os servidores da Contratante somente aceitarão os serviços que forem executados com estrito atendimento às condições expressas no termo de referência.

11.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO**

12.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, podendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/21;

12.2 A CONTRATANTE designará servidor que ficará responsável para acompanhar/fiscalizar a execução dos serviços que registrará em relatório todas as ocorrências verificadas e determinará as providências necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados, conforme dispõe o § 1º, do art. 117, da Lei nº 14.133/21;

12.3 À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

12.3.1 Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

12.3.2 Acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo.

12.4 A Contratante verificará a adequação dos procedimentos utilizados pela Contratada em relação às exigências da legislação que regulamente ou que venha a regulamentar o objeto do Termo de Referência;

12.5 O recebimento definitivo e aceitação do objeto ficarão a cargo de servidor designado para Fiscal da contratação, obedecendo ao disposto nas alíneas a e b, inciso II do art. 140, da Lei nº 14.133/21, bem como ao disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21;

12.6 Os serviços poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência ou na proposta, devendo ser repetidos no prazo fixado pelo servidor responsável, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

12.7 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA;

12.8 A CONTRATADA, por ocasião da prestação dos serviços, deverá apresentar nota fiscal em que conste a especificação dos serviços prestados, quantidade, preço unitário e valor total;

12.9 As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor serão solicitadas à autoridade competente da CONTRATANTE, para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21;

12.10 A ação ou omissão da CONTRATANTE no acompanhamento e fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a prestação dos serviços e quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS**

#### **13.1 Gerenciamento, monitoramento e suporte técnico:**

13.1.1 Após a instalação e ativação, toda a solução contratada estará disponível e será gerenciada e monitorada proativamente pela CONTRATADA durante 24x7x365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias por ano).

13.1.2 No caso de incidentes que comprometam o serviço prestado, a CONTRATADA deverá realizar os procedimentos necessários para recolocar o link de comunicação em seu pleno estado de funcionamento e de uso e deve comunicar à CONTRATANTE.





**Câmara Municipal de Curitiba**

13.1.3 O prazo de início de atuação do monitoramento proativo será de até 30 minutos corridos, contados a partir do horário de detecção do incidente.

13.1.4 Fornecer atendimento especializado 24x7 (por vinte e quatro horas nos sete dias da semana), por intermédio de uma central de atendimento, que poderá ser via web, aplicativos de mensagens, telefone ou correio eletrônico (e-mail), todos em língua portuguesa, no Brasil.

13.1.5 Os serviços de suporte deverão ser prestados de forma presencial ou remota, dependendo da necessidade ou solicitação da CONTRATANTE.

13.2 Os chamados abertos poderão ser referentes a todas as atividades de responsabilidade da CONTRATADA considerando os serviços contratados, englobando, mas não se limitando, a instalação, configuração, recuperação, alteração e remoção de equipamentos, enlaces, roteamento, endereçamento IP, entre outros;

13.2.1 Para o Lote 1, inclui-se a gerência completa dos NGFWs.

13.3 Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, como tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, telefone e e-mail do contato na CONTRATANTE que foi posicionado acerca do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado, evidências e orientações para diagnóstico de problemas e na interpretação de *traces*, *dumps* e *logs*;

13.4 O prazo de início de atendimento ao chamado técnico será de até 01 hora corrida, contada a partir do horário da abertura do chamado.

13.5 Após o início do atendimento, o tempo de solução do problema deverá ser de acordo com a tabela abaixo, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para as respectivas severidades, contados a partir da abertura do chamado técnico.

SEVERIDADE	DESCRIÇÃO	TEMPO DE SOLUÇÃO
<b>1 - Crítica</b>	Chamados referentes a situações de emergência ou problemas críticos, caracterizados pela existência de indisponibilidade, ambiente paralisado, impedimento da contratante de cumprir prazos legais em relação a terceiros, problemas que impeçam o fechamento da folha de pagamento ou grave comprometimento dos dados.	Até 4 horas
<b>2 - Alta</b>	Chamados associados a situações de alto impacto, incluindo os casos de degradação severa de desempenho, paralisação parcial do serviço ou sob risco de parada.	Até 8 horas
<b>3 - Média</b>	Chamados associados a incidentes sem paralisação do serviço ou problemas que se apresentem de forma intermitente, incluindo casos em que haja necessidade de substituição de componentes que possuam redundância.	Até 12 horas
<b>4 - Baixa</b>	Chamados para esclarecimento de dúvidas, configurações da solução, manutenções programadas e resolução de problemas de baixo risco.	Até 24 horas
<b>5 - Programada</b>	Chamados destinados à elaboração de diagnóstico, avaliação e tuning da solução, resolução de problemas, customização de funcionalidades, documentação de procedimentos implementação de procedimentos de evolução de versão de produto e aplicação de melhorias e correções.	A ser acordado

13.6 Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação do responsável da CONTRATANTE e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento.

13.7 É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção dos equipamentos, enlaces e cabos utilizados para fornecimento do Link, sem ônus para a CONTRATANTE;

13.8 Os equipamentos defeituosos, caso não possam ser reparados, deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE;

13.9 Quaisquer modificações e/ou reconfigurações que necessitem ser executados nos equipamentos pela CONTRATADA deverão ser autorizadas e acompanhadas por um responsável da CONTRATANTE;

13.10 Disponibilidade do serviço:

13.10.1 Disponibilidade mensal mínima (em %) de 99,5%;

13.10.2 A disponibilidade será aferida mensalmente de acordo com a fórmula de cálculo:



**Câmara Municipal de Curitiba**

$$IDM = \frac{(T - Ti)}{T} \times 100, \text{ onde:}$$

13.10.2.1 **IDM** é o índice de disponibilidade mensal do circuito de internet em %; **T** é o período de operação (um mês) em minutos; **Ti** é o somatório dos tempos de inoperância durante o período de operação (um mês) em minutos.

13.10.2.2 No caso de inoperância reincidente num período inferior a 3 horas, contado a partir do restabelecimento do enlace da última inoperância, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do enlace o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o enlace estiver totalmente operacional.

13.10.2.3 A indisponibilidade de dados de gerência (coleta não realizada, dados não acessíveis, etc.) será considerada como indisponibilidade do serviço, caso isto implique em perda de dados de gerenciamento.

13.10.2.4 Os tempos de inoperância serão os tempos em que os enlaces apresentarem problemas. Eles serão obtidos dos chamados abertos no sistema de abertura de chamados técnicos. Somente serão desconsiderados os tempos de inoperância, causados por manutenções programadas com a CONTRATANTE, ressalvados, contudo, os casos fortuitos, de força maior e causas atribuídas a CONTRATANTE.

13.10.3 Qualquer interrupção programada PELA CONTRATADA para manutenção preventiva e/ou substituição dos equipamentos e meios utilizados, desde que possa causar interferência no desempenho do serviço prestado, deverá ser comunicada ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 dias úteis, por meio de correio eletrônico, e somente será realizada com a concordância do CONTRATANTE;

13.10.3.1 Somente serão aceitas interrupções programadas quando as referidas manutenções e/ou ampliações exigirem tecnicamente alterações no(s) circuitos e/ou equipamento(s) responsáveis pela conexão com o CONTRATANTE.

13.10.3.2 Quando o prazo mínimo de 3 dias úteis de comunicação não for atendido, deverá ser concedido desconto por interrupção.

### **13.11 Relatórios:**

13.11.1 Mensalmente deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE, por e-mail ou em portal disponível na Internet, relatório constando os acionamentos técnicos abertos, em andamento e encerrados;

13.11.1.1 O relatório deve conter no mínimo as seguintes informações: número de acionamento, descrição da ocorrência, severidade, nome do responsável do CONTRATANTE pela abertura do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início do atendimento, tipo do atendimento (remoto ou *on-site*), data e hora de encerramento ou aplicação de solução de contorno e descrição da resolução adotada. O relatório deverá apresentar ainda o índice de disponibilidade do serviço detalhando períodos de indisponibilidade quando houverem;

13.11.1.2 O relatório deverá ser entregue mesmo quando não houver chamados no período;

13.11.1.3 Este relatório é essencial para a elaboração dos atestados de pagamentos mensais, sem os quais poderão ocorrer atrasos, cuja responsabilidade será atribuída à CONTRATADA.

13.11.2 Mensalmente deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE, por e-mail ou em portal disponível na Internet, relatório constando as ameaças detectadas e/ou mitigadas no serviço de Anti-DDoS;

13.11.2.1 O relatório deve conter no mínimo as seguintes informações: número de acionamento, descrição da ocorrência, severidade, data e hora de ocorrência do incidente, data e hora do início do atendimento, data e hora de encerramento ou aplicação de solução de contorno e descrição da resolução adotada. O relatório deverá apresentar ainda o índice de disponibilidade do serviço detalhando períodos de indisponibilidade quando houverem;

13.11.3 Disponibilizar acesso *on-line* a gráficos de utilização do *link* da CONTRATADA.

13.11.4 Para o Lote 1, aplicam-se ainda:

13.11.4.1 Mensalmente deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE, por e-mail ou em portal disponível na Internet, relatório constando as ameaças detectadas e/ou mitigadas no Firewall;

13.11.4.1.1 O relatório deve conter no mínimo as seguintes informações: número de acionamento, descrição da ocorrência, severidade, data e hora de ocorrência do incidente, data e hora do início do atendimento, data e hora de encerramento ou aplicação de solução



## Câmara Municipal de Curitiba

- de contorno e descrição da resolução adotada. O relatório deverá apresentar ainda o índice de disponibilidade do serviço detalhando períodos de indisponibilidade quando houverem;
- 13.11.4.2 Mensalmente deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE, por e-mail ou em portal disponível na Internet, relatório constando as ameaças detectadas e/ou mitigadas no Firewall;
- 13.11.4.2.1 O relatório deve conter no mínimo as seguintes informações: aplicações de risco, *exploits* detectados, *malwares*, *botnets*, *spywares* e dispositivos de rede comprometidos.
- 13.11.4.3 Mensalmente deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE, por e-mail ou em portal disponível na Internet, relatório com informações gerenciais e de performance da solução;
- 13.11.4.3.1 O relatório deve conter no mínimo as seguintes informações: uso de banda, número de sessões, aplicações, categorização e dados de produtividade.
- 13.11.4.4 Mensalmente deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE, por e-mail ou em portal disponível na Internet, relatório da solução SIEM contendo:
- 13.11.4.4.1 Visão de chamados com visão de severidade, grupos, tipos e categorias;
- 13.11.4.4.2 Acompanhamento de Log Sources mensal;
- 13.11.4.4.3 Acompanhamento de consumo de licenças;
- 13.11.4.4.4 Visão de ameaças por mês, magnitude e usuários;
- 13.11.4.4.5 Visão de eventos com origem e destino;
- 13.11.4.4.6 Top 10 IPs de origem e destino dos eventos;
- 13.11.4.4.7 Relatórios de ameaças com as seguintes informações:
- 13.11.4.4.7.1 Detalhes do incidente (Histórico, localidade e descrição)
- 13.11.4.4.7.2 Resultado da análise (Recursos afetados, hosts suspeitos e vetor de ataque)
- 13.11.4.4.7.3 Fatores de mitigação (Recomendações para mitigação)
- 13.11.5 A CONTRATADA terá até o 5º dia útil de cada mês para a disponibilização dos relatórios.

### 13.12 Glosas:

- 13.12.1 A violação de qualquer um dos níveis de serviço, definidos no Termo de Referência, só poderá ser desconsiderada pela CONTRATANTE quando for decorrente de uma das seguintes ocorrências, descritas a seguir:
- 13.12.1.1 Falha em algum equipamento de propriedade da CONTRATANTE;
- 13.12.1.2 Falha decorrente de procedimentos operacionais da CONTRATANTE;
- 13.12.1.3 Falha de qualquer equipamento da CONTRATADA que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pela CONTRATANTE.
- 13.12.2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de glosas sobre os pagamentos devidos à CONTRATADA quando do descumprimento das metas estabelecidas para os níveis de serviço:
- 13.12.2.1 3% do valor mensal dos serviços, para cada dia útil de suspensão ou interrupção, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, dos serviços contratados;
- 13.12.2.2 1% do valor mensal dos serviços, para cada ocorrência, por manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados;
- 13.12.2.3 1% do valor mensal dos serviços, para cada ocorrência, por acumular 2 advertências em um período de 6 meses;
- 13.12.2.4 0,2% do valor mensal dos serviços, para cada ocorrência, por deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado;
- 13.12.2.5 3% do valor mensal dos serviços, para cada ocorrência, por descumprimento do Índice de Disponibilidade Mensal (IDM);
- 13.12.2.6 3% do valor mensal dos serviços, para cada ocorrência, por descumprimento da disponibilidade mensal mínima da solução de SIEM SaaS, definida no Item 7.4.1.4 do Termo de Referência;
- 13.12.2.7 10% do valor mensal dos serviços, para cada ocorrência, por indisponibilidade do serviço superior a 4 horas consecutivas, cumulativamente com as glosas previstas nos itens anteriores;
- 13.12.2.8 0,5% do valor mensal dos serviços, para cada hora ou fração, por atraso nos prazos de início de atendimento e solução dos chamados;
- 13.12.2.9 10% do valor mensal dos serviços, na ocorrência de descumprimento de qualquer dos níveis de qualidade do serviço definidos no Item 9 do Termo de Referência, por 3 meses consecutivos ou 5 meses intervalados, em um período de 12 meses;



## Câmara Municipal de Curitiba

- 13.12.2.10 1% do valor mensal dos serviços, para cada ocorrência, por atraso na apresentação dos relatórios mensais.
- 13.12.3 O somatório das glosas por descumprimento dos níveis de serviço estará limitado a 70% do valor mensal dos serviços.
- 13.12.4 No caso de aplicação de glosa referente ao mesmo indicador deste Acordo de Níveis de Serviço, durante três meses consecutivos, ou cinco meses intercalados no período de 12 meses, caracterizará inexecução parcial sujeita à aplicação das sanções administrativas previstas no Termo de Referência, inclusive a rescisão contratual.
- 13.12.5 Todas as sanções para o caso de inadimplemento estão limitadas ao valor mensal dos serviços contratados e citados em cada indicador.
- 13.12.6 Os percentuais previstos para o caso de inadimplemento de qualquer atendimento ou serviço corresponde ao percentual de desconto que deverá ser aplicado sobre o valor da fatura referente ao mês em que o nível de serviço não foi atingido.
- 13.12.7 A aplicação de glosas tem caráter educativo e corretivo e não influencia a aplicação das sanções cabíveis por qualquer descumprimento contratual ou outra infração.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1 Pelo descumprimento das condições previstas neste instrumento, prestação do serviço de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções previstas no Edital:
- 14.1.1 0,5% ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso no início da execução dos serviços.
- 14.1.2 Após o décimo quinto dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 14.1.3 20% sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no Item 7.6 do termo de referência, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
- 14.1.4 30% sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- 14.1.5 A advertência poderá ser aplicada para situações de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.1.5.1 O fornecedor receberá um comunicado de advertência, sempre que houver a incidência de glosas contratuais em razão de prestação de serviços abaixo do Nível de Serviço acordado com a Administração;
- 14.1.6 O impedimento de licitar e contratar se dará na forma e nas hipóteses do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;
- 14.1.7 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública se dará na forma e nas hipóteses do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, nos seguintes prazos e moldes extraídos da Lei nº 14.133/2021:
- 14.2.1 A aplicação das sanções acima descritas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 14.2.2 Na aplicação da sanção de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, será facultada a defesa do interessado/recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, devendo ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.2.3 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar que se encontra prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.2.4 Tanto o recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.
- 14.2.5 A aplicação das sanções previstas nos subitens 14.1.6 e 14.1.7 acima observarão, dentre outras normas, o que reza o Art. 158 da Lei nº 14.133/2021.



## **Câmara Municipal de Curitiba**

14.2.6 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade nos moldes previstos no Art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que provierem da infração para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A critério da Administração poderão ser suspensas penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso for devidamente justificado por escrito pela Contratada e aceito pela Câmara Municipal de Curitiba;

14.5 O valor das multas será deduzido da importância a ser paga à Contratada;

14.6 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

14.7 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

14.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21;

14.9 Resta afastada a aplicação de qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito, força maior, fato ou ato de terceiro, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução do objeto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO**

15.1 O presente termo de contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas.

15.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 137 da Lei nº 14.133/21.

15.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

15.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3 Indenizações e multas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei n.º 14.133/21;

16.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 A presente contratação vincula-se à proposta da Contratada, datada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

17.2 Os casos omissos serão dirimidos com base na Lei Federal n.º 14.133/21 e na Lei Federal nº 8.078/90, e alterações delas subsequentes, bem como nos princípios gerais de direito.

17.3 A troca eventual de documentos, cartas e comunicações entre as partes será feita por meio de protocolo, correspondência eletrônica e outros meios de comunicação disponibilizados pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 14.133/21, e no Portal Nacional de Compras Públicas, nos termos do artigo 94, inciso II, da Lei nº 14.133/21.





Câmara Municipal de Curitiba

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias oriundas deste Instrumento, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, foi lavrado o presente instrumento, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

PALÁCIO RIO BRANCO, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**MARCELO TSCHÁ FACHINELLO**  
Presidente  
**Câmara Municipal de Curitiba**  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Procurador(a)

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

1ª Testemunha:  
Nome:  
CPF:

2ª Testemunha:  
Nome:  
CPF:

Termo lavrado por \_\_\_\_\_ - Matrícula \_\_\_\_\_.